

VISÃO DO CORREIO

Educação se faz com ações antirracistas

Todos são iguais perante à lei. O mandamento constitucional não é uma realidade no Brasil. Para torná-lo concreto, é necessário, entre outros elementos, educação com igualdade para todos, independentemente de raça, cor, etnia, orientação sexual e condição socioeconômica. Não é o que acontece. O que mobilizou, ontem, 40 jovens de São Paulo, que compõem a Caranava Uneafro-BR pela Equidade, a desembarcar em Brasília para participar de audiência pública e seminário no Senado Federal em defesa de uma educação antirracista, como estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE) para a decênio 2024-2034 (Projeto de Lei 2.614/2024), de autoria do governo federal.

Diferentemente de propostas passadas, o novo PNE contempla ações exclusivas para a educação escolar indígena, para o meio rural e para os quilombolas, que implicam ampliação do acesso e da qualidade do ensino para os estudantes desses segmentos da sociedade brasileira. Um avanço. A ausência de políticas para esse grupos sempre foi identificada como uma das causas do êxodo rural e do deslocamento de comunidade em busca de conhecimento.

O racismo e o preconceito étnico-racial, a diversidade de gêneros e as condições socioeconômicas nunca foram superados pela sociedade brasileira. Entre os vários indicadores, está o descumprimento por 71% dos 5.570 municípios da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio.

O descaso é um detalhe do quanto o racismo é prejudicial à sociedade. O financiamento da educação segue uma lógica que se pressupõe universal, uma

vez que os orçamentos levam em consideração o número de matrículas. Para que haja equidade, porém, é preciso ter uma política de suporte aos que são mais frágeis. Ou seja, ações que contemplem negros, pardos, indígenas em situação de maior vulnerabilidade para que, além do acesso, haja permanência e aprendizagem por esses segmentos da sociedade.

Esse suporte é também uma forma de reparação aos que sempre estiveram em desvantagem e foram estigmatizados pela cor da pele, etnia, diversidade de gênero, entre outros fatores que os diferenciam do padrão estabelecido pela sociedade, amparado em valores eurocentristas.

No campo educação, o sistema de cotas raciais para o acesso de pretos, pardos e indígena ao ensino superior é, até agora, a principal política pública de reparação. Mas insuficiente, uma vez que o racismo sistêmico e estrutural compromete as políticas públicas.

Ainda assim, não faltam tentativas políticas contrárias aos interesses desses segmentos, embora haja um entendimento convergente de que, sem educação de qualidade, nenhuma nação consegue elevar a qualidade de vida da população. Esses empecilhos e contrassensos fizeram parte do debate ontem do novo PNE, que, entre os desfechos, concluiu que o Movimento Negro no Brasil é, antes de tudo, um movimento educativo.

Que seja sendo. Mas, ainda que sua força e importância histórica sejam reconhecidas, não devem partir exclusivamente de setores da população as iniciativas para a construção de uma sociedade pautada pela equidade. Esse é um papel predominantemente dos poderes públicos, previsto em lei.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

A covardia dos castigos físicos

Neste nosso país, que ignora sistematicamente os direitos de crianças e adolescentes, estamos a anos-luz de ter uma educação positiva, não violenta. Ainda normalizamos a crueldade de machucar meninos e meninas para “discipliná-los”. Os maus-tratos ferem a dignidade e podem impactar a saúde física e mental deles para o resto da vida, especialmente porque são praticados justamente por quem deveria protegê-los: pais ou responsáveis.

Nesta semana, saiu um novo estudo mostrando que castigos físicos provocam uma série de consequências negativas em crianças e adolescentes, que se prolongam pela vida adulta. Publicado pela *Nature Human Behavior*, o levantamento foi destacado pelo jornal *O Globo*. Segundo a reportagem, os pesquisadores levaram em conta análises sobre abusos físicos em 92 países entre 2002 e 2024.

A lista dos efeitos danosos da violência é longa. Os maus-tratos estão relacionados a problemas de saúde física, mental e comportamental; desenvolvimento infantil prejudicado; habilidades de linguagem impactadas; depressão; resultados acadêmicos ruins, entre outros. Quem sofreu agressões também tem propensão a ser vítima de novas violências, de perpetrar violência e de aprovar violência.

Uma gama de outros estudos já mostrou a ineficácia de usar tratamento violento para exigir obediência e respeito. Para além disso, o que precisamos ter em mente é a tremenda covardia de submeter crianças e adolescentes a dor e humilhação. Eles são cidadãos, sujeitos de direitos,

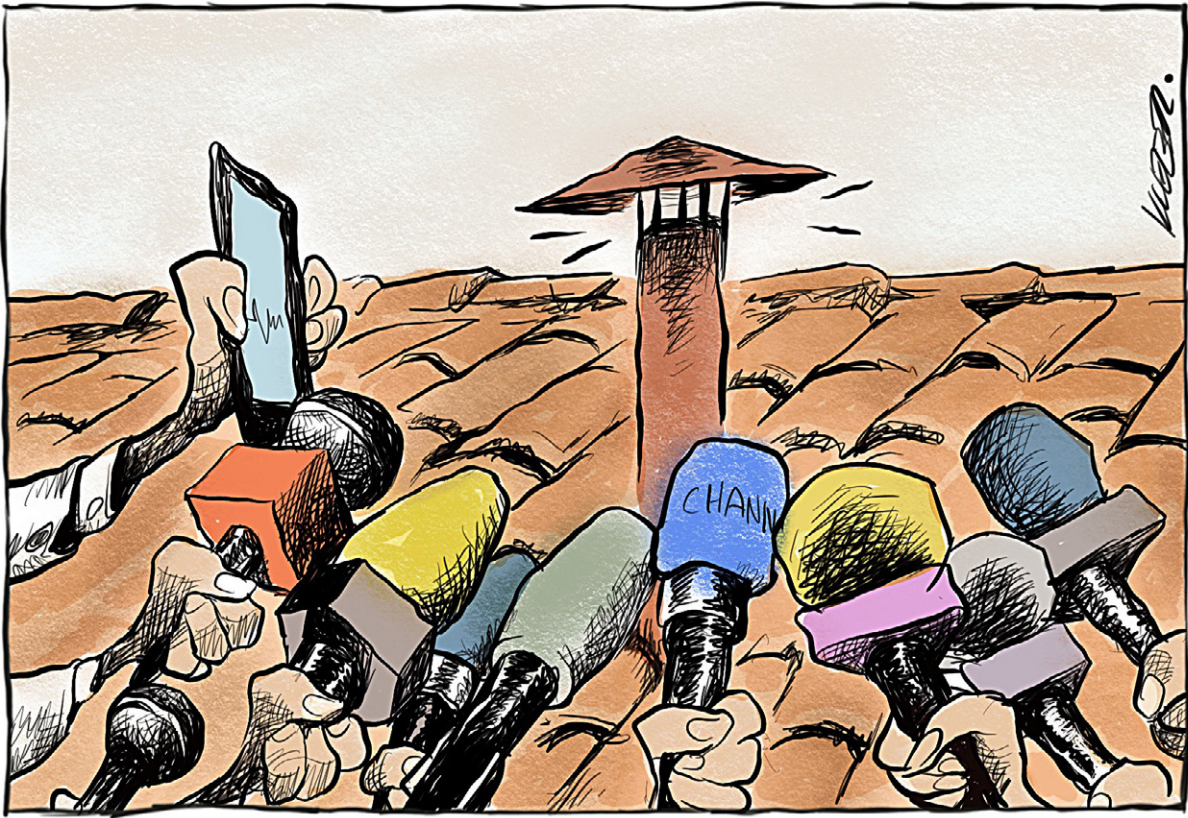
e não propriedades das famílias.

A Constituição, em seu artigo 227, enfatiza ser dever da família, da sociedade e do Estado mantê-los “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. E a Lei Menino Bernardo, também conhecida como Lei da Palmada, ressalta que “a criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los”.

Leis claras, mas rotineiramente desrespeitadas. E o Estado é o primeiro a violá-las, com a inércia ante a perversidade. Até quando? Quanto tempo mais vamos ignorar o sofrimento da camada mais vulnerável da população?

É urgente implementar políticas públicas para o enfrentamento dessa violência; conscientizar e engajar a população a combatê-la; estimular a parentalidade positiva, o que inclui, entre outros pontos, orientar pais ou responsáveis a educar meninos e meninas com o respeito a que todos eles têm direito.

Crianças e adolescentes sendo agredidos é um problema público, não privado. Temos o dever de protegê-los de todas as formas de violência, temos de erradicar essa chaga. Até aqui, o Brasil tem falhado com todos eles.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

INSS 1

Que conveniente! No governo anterior, o presidente era responsabilizado até por erro da previsão do tempo. Agora, diante de uma fraude bilionária no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o atual presidente se apresenta como um mero desinformado — sem qualquer envolvimento com o que acontece sob sua gestão —, repassando confortavelmente a culpa toda ao PDT. Trocar o ministro resolve tudo, é isso? Um simples pedido oficial de desculpas do ex-ministro não seria mais adequado diante de um escândalo de colarinho branco dessa magnitude?

» João Batista Rebés Trindade
Águas Claras

INSS 2

O primeiro governo Lula propôs e aprovou em 2003 a emenda constitucional 41, que criou o imposto de contribuição do INSS para os aposentados. Taxou em 11% a contribuição dos aposentados e, agora, já está em 14%. São Pedro nos garantirá lá no céu o direito pós-morte de usufruir dos benefícios. O então ministro da Previdência foi contra, alegando que o aposentado já pagou cerca de 30/35 anos de Previdência e, por isso, não deveria ser cobrado novamente. Não adiantou. Tinha que arrecadar e financiar os Fundos de Pensão que alimentavam os corruptos do mensalão. Agora, de novo o partido, também chamado de “trabalhista” e dono dos negócios do INSS, representado pelo senhor Lupi, velho conhecido da corrupção no governo Dilma, de onde teve que se demitir do Ministério do Trabalho, em 2011, acusado de favorecer ONGs. A história se repete, e lá se foram R\$ 6,3 bilhões dos aposentados, os mais humildes e necessitados, para quem? Sindicatos corruptos! E temos, nós, os contribuintes que pagar em dobro para a devolução aos

prejudicados. O governo deveria ser mais cuidadoso e honesto, pois, diante de tantas evidências, não poderia nomear ministro o secretário-executivo de Lupi, que também sabia da corrupção.

» Paulo Silva
Asa Sul

CLT1

CLT vira piada entre os jovens. Coitados! Malandros mais velhos já colocaram na cabeça deles que eles vão ficar ricos sendo youtubers que vendem cursos na internet. Mas, primeiro, vão ter que comprar os cursos que esses pilantras vendem.

» Roberto Olissipo
Rio de Janeiro

CLT2

Redes de mercado querendo pagar um salário mínimo, sem direito a alimentação, com rotina exaustiva de trabalho, folga uma vez por semana. Ai, vem o empresário falar que as pessoas não querem trabalhar em CLT porque recebem auxílio?

» Tiago Lima
Brasília

Águas Claras

Vim morar em Águas Claras em 2001. Vi a cidade crescer, se desenvolver, mas seguir sem equipamentos públicos, escolas, hospitais, unidades básicas de saúde. Precisamos urgentemente desses equipamentos! E os parlamentares do Distrito Federal não trabalham para a população local. Não poderia ter mais construções, não temos mais espaços, as ruas ficaram pequenas para essa população de mais de 100 mil habitantes. Para os 22 anos de Águas Claras, como moradora, desejo que ela seja vista com mais prioridade.

» Ursula Nepomoceno
Águas Claras

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Com tantas más-línguas falando de papas, prefiro os que falam sem papas na língua.

Maestro Jorge Antunes — Lago Norte

Campanha: Doe um Estatuto do Idoso para o INSS.

Abraão F. do Nascimento
— Águas Claras

O INSS é tão eficiente que, até na hora de fraudar, é automatizado.

Ricardo Santoro — Lago Sul

Novo convoca o ministro da Previdência para explicar fraudes do INSS. Nós não queremos explicação, nós queremos o nosso dinheiro de volta!

José Geraldo — Sabará (MG)

Não importa onde e com quem começou toda essa roubalheira no INSS.

Precisamos e queremos que ela acabe e que todos os envolvidos sejam presos. Queremos justiça! Político desleal e inútil tem em todos os partidos!

Marilda Dutra — São Paulo

O governador Ibaneis já votou no PT? É só isso que eu queria saber...”

Vital Ramos de Vasconcelos
Júnior — Jardim Botânico

Temporada das paineiras encanta os brasilienses pela beleza. O Taguaparque está um espetáculo com elas!

Fernanda Faria — Distrito Federal

Grafite deixa nossa cidade tão mais linda! Sonho em ver nossas cinzentas tesourinhas todas coloridas e grafitadas!

Éderson Luciano — Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine

(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS *

SEG a DOM

R\$ 1.187,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br